



InstitutoPauloFreire



PROGRAMA MUNICÍPIO QUE EDUCA (versão resumida)

I - APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, o mundo tem passado por crises sistêmicas nas esferas econômica, social, política, ética e ambiental. Diante deste cenário, ganham espaço propostas alternativas de desenvolvimento baseadas no fortalecimento da dimensão local e dos processos autônomos, inclusivos, democráticos e multidimensionais. Fala-se cada vez mais em gestão municipal compartilhada e “de baixo para cima”, com a participação ativa e organizada dos diversos sujeitos sociais: o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada.

No Brasil, a autonomia dos municípios foi significativamente ampliada com a Constituição Federal de 1988, que também abriu espaço para a cooperação da comunidade no planejamento municipal. Por outro lado, o poder local foi fortalecido com o crescimento dos movimentos sociais, das Organizações Não Governamentais (ONGs) e das experiências participativas dos governos democráticos populares. O discurso em favor das gestões compartilhadas (intersetoriais, intersecretariais etc) é cada vez mais presente, apesar de continuar sendo um desafio fazer com que as pessoas e instituições não apenas dividam a mesma mesa, mas entreguem-se a um diálogo efetivo e a ações efetivamente colaborativas.

O **Programa Município que Educa** surge neste contexto como uma iniciativa do Instituto Paulo Freire (IPF) e da *Universitas* Paulo Freire (Unifreire) que busca fortalecer processos de gestão pública compartilhada e participativa por meio da mobilização dos diversos sujeitos sociais em torno da intensificação das intencionalidades educativas do município. Nessa abordagem, a ação educativa passa a ser o fio condutor de todas as políticas e ações locais – em andamento ou a serem propostas, desenvolvidas, avaliadas e acompanhadas com o conjunto da municipalidade.

II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Um Município que Educa é aquele que **reconhece e potencializa a dimensão educativa e coletiva das iniciativas de desenvolvimento local**, que incentiva a participação ativa da comunidade e integra os esforços de todos os setores, de forma orgânica e democrática. A ideia é que o poder público, a sociedade civil e o empresariado trabalhem juntos, de forma participativa, dialógica e propositiva, colocando a educação como eixo de todas as políticas da municipalidade.

É importante frisar que não nos referimos aqui à Educação enquanto Política Pública, mas enquanto processo formativo que pode e deve estar presente em todas as áreas da gestão. Esse “foco educativo” favorece um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo da municipalidade, pois a troca de saberes, a sensibilização e a tomada de consciência criam as condições para uma participação mais ativa dos cidadãos das diversas áreas. Podemos dizer que construímos, assim, uma “democracia mais democrática”. É importante também esclarecermos que o conceito de “Município que Educa” se refere ao município em sua ampla e diversa dimensão territorial. Não apenas a cidade mas, igualmente, os setores rurais, as periferias e os demais locais do município.

Um Município que Educa, enfim, não se preocupa apenas com o alcance pontual de objetivos e metas, mas sobretudo com a consolidação de uma cultura gestora participativa e

integradora, que eduque criticamente para a democracia ativa, a autonomia, a liberdade, a responsabilidade, o diálogo, a sustentabilidade e a consciência planetária. Pressupõe também ações conjuntas intermunicipais, consorciadas, organizadas de forma comunicativa, em redes dinâmicas, presenciais e virtuais/a distância, além de construídas de modo a fortalecer reciprocamente cada município participante das iniciativas propostas.

A metodologia deste programa fundamenta-se nos princípios político-pedagógicos e científicos do legado freiriano, que tem como ponto de partida os saberes e as demandas locais e a prática dialógica. Sua implementação acontece em profundo e processual diálogo com as municipalidades, respeitando as experiências de gestão pública já existentes. São processos educativos com base nos princípios e nos referenciais da “dialogicidade”, “educação como prática da liberdade”, “leitura do mundo”¹, “emancipação social”, “autonomia”, “círculos de cultura”, “planejamento participativo”, “ação comunitária”, “cidadania planetária”, “intertransculturalidade”² e “sustentabilidade”³, que dão ao programa seu caráter inédito e que criam condições para uma colaboração efetiva entre os diferentes sujeitos atuantes no desenvolvimento local. Serão desenvolvidas ações voltadas à gestão pública que combinam metodologias participativas e comunicativas, de forma a mobilizar e catalisar energias e sinergias, às vezes dispersas, em torno da construção coletiva de propostas de intervenção local.

A construção de um Município que Educa é, portanto, um projeto coletivo que tem como ponto de partida um planejamento **dialógico** (diálogo comunicativo e crítico), **socializado** (com todos os segmentos e sujeitos da municipalidade ou, pelo menos, com os seus representantes diretos e indiretos) e **ascendente** (que contribui para que as demandas e decisões da base da sociedade sejam efetivamente acolhidas, analisadas e consideradas na definição das políticas públicas que, por sua vez, serão também avaliadas e fiscalizadas ascendente e descendentemente).

Para a realização desse planejamento, o programa prevê, como parte da sua assessoria aos municípios, a constituição de “Círculos de Cultura” - espaços para a troca de saberes por meio do diálogo horizontal e crítico entre os participantes, a partir de um processo de “Leitura de Mundo”. No caso do Município que Educa, os Círculos reúnem representantes de várias áreas de atuação e de vários setores da municipalidade para, a partir de múltiplas linguagens, refletirem criticamente sobre a realidade local e discutirem formas de potencializar o caráter educativo dos espaços e tempos ali presentes, bem como das suas próprias ações.

Os “Círculos de Cultura” poderão ser formados em novos espaços a serem criados de acordo com as particularidades de cada municipalidade ou ainda em instâncias participativas já existentes, como Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Fóruns locais, coletivos, consórcios ou outros grupos intersetoriais específicos da história de cada municipalidade. O importante é que esses grupos incluam representantes da sociedade civil, do Fórum de Conselhos do Município (quando houver), do setor privado e do governo municipal, sempre com a preocupação de incluir participantes das zonas rural e urbana de diferentes faixas etárias e segmentos sociais. Quanto mais inclusivo e multicultural for o Círculo, maior será sua força criativa.

Esse processo, reiteramos, não se aplica apenas ao setor da Educação, mas a todas as instâncias da gestão pública municipal, desvelando e fortalecendo o potencial educativo das diferentes iniciativas locais, às vezes isoladas e trabalhadas apenas setorialmente. Essa e outras ações do Programa Município que Educa serão registradas, acompanhadas e avaliadas segundo a metodologia dialógica já adotada pelo IPF em outros projetos.

-
- 1 Antunes, Ângela. **Leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade**. 2002. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 2002.
 - 2 Padilha, Paulo Roberto. **Educar em todos os cantos: reflexões e canções por uma Educação Intertranscultural**. São Paulo, Cortez/ IPF, 2007.
 - 3 Gadotti, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: contribuições da Década da Educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo, Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

III – OBJETIVOS

O **objetivo geral** deste programa é contribuir para o desenvolvimento local, com base na identificação, fortalecimento e mobilização do potencial educativo de todos os espaços e tempos das municipalidades e das ações dos sujeitos que ali vivem ou atuam.

Para isso, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**:

- Potencializar o caráter educativo dos espaços, tempos e das iniciativas locais, setoriais, intersetoriais e comunitárias, abraçando a diversidade e a pluralidade e contribuindo para o exercício da cidadania planetária.
- Ampliar a articulação e a sinergia entre as diferentes áreas e setores da municipalidade, facilitando encontros e parcerias entre eles.
- Contribuir para a maior interconectividade dos municípios em nível regional, nacional e planetário, potencializando parcerias em torno de programas, projetos e ações municipais, estaduais, nacionais e internacionais.
- Fortalecer os processos e práticas participativas, sistêmicas e organizadas, que garantam a inclusão das comunidades urbanas, rurais, do centro, da periferia, aldeias etc.
- Contribuir para processos formativos de pessoas e instituições dos vários setores da municipalidade, voltados a uma participação cidadã mais efetiva, uma melhor fundamentação crítico-teórica de projetos e programas e a realização de pesquisas.
- Colaborar com os municípios no registro de suas experiências – em textos, vídeos, áudio-visuais etc – como forma de melhor sistematizá-las e de lhes dar visibilidade pública, em cumprimento a uma gestão pública transparente, ética e efetivamente democrática.

IV – LINHAS DE AÇÃO E ATIVIDADES PROPOSTAS

Para alcançar os objetivos apresentados acima, o Programa Município que Educa inclui um conjunto de **ações formativas pontuais e continuadas**, além da **criação e animação de uma rede social na internet** para construir e trocar saberes e experiências sobre o tema. Lembramos, no entanto, que a estrutura de linhas de ação e as atividades abaixo apresentadas são apenas um conjunto de possibilidades a serem dialogadas com os potenciais municípios parceiros, sempre levando em conta as experiências e particularidades de cada um.

4.1 – Rede Social na internet

A **Rede Social Município que Educa** foi criada para promover o intercâmbio entre ações locais e permitir a construção dos saberes nesse novo campo. Trata-se de uma **rede social na internet**, aberta à participação de pessoas e instituições governamentais e não-governamentais interessadas em socializar experiências e debater temáticas relacionadas à Educação e ao Desenvolvimento Local. A partir dela o cidadão tem mais uma possibilidade de participar da transformação do município em que vive.

No endereço www.municípioqueeduca.org, será possível trocar experiências e saberes, participar de um fórum permanente de debates sobre temas relacionados ao Desenvolvimento Local e Educação, ter acesso a publicações, legislação e outros recursos. Os conteúdos desse intercâmbio ficam disponíveis a todos(as) os(as) internautas e, nesse sentido, a rede permite também o acompanhamento das políticas e projetos locais e a visibilidade nacional e internacional das experiências, servindo de referência para outras municipalidades do Brasil e de outros países.

4.2 – Encontros e fóruns

Com o objetivo de dialogar sobre a abordagem do Município que Educa enquanto novo conceito e nova visão da gestão pública e apresentar a proposta do **Programa Município que Educa**, estão previstos Encontros Municipais e Intermunicipais e, num segundo momento, um Fórum Nacional. Esses encontros terão um forte **caráter formativo** e reunirão representantes de diferentes setores das municipalidades para, mais do que informá-los sobre o Programa, sensibilizá-los e provocá-los para essa nova abordagem de gestão colaborativa, que tem como

ponto de partida a identificação e o fortalecimento do potencial educativo do entorno.

4.3 – Assessorias locais

O Instituto Paulo Freire prestará assessoria, no âmbito municipal e intermunicipal, para que as municipalidades organizem seus próprios projetos locais para a implantação de uma gestão identificada com os princípios e objetivos do Município que Educa. Essa assessoria terá forte ênfase em processos formativos e terá como base o diálogo permanente com os representantes dos diversos setores da municipalidade, sempre respeitando os programas, projetos e ações já existentes. Poderá ser solicitada pelo governo municipal, por organizações da sociedade civil e do empresariado local ou por outras instâncias específicas, como por exemplo o Fórum dos Conselhos Municipais. Independente de quem estabeleça a parceria com o IPF, as atividades formativas deverão contar sempre com representantes dos demais setores, a fim de garantir um esforço integrado durante todo o processo.

4.4 - Cursos

Para garantir a sustentabilidade e a autonomia do processo de construção do Município que Educa no nível municipal e intermunicipal, serão oferecidos cursos voltados a gestores públicos e representantes de organizações não-governamentais, além de cidadãos e cidadãos interessados em contribuir para o desenvolvimento do lugar onde vivem.

Além de um curso específico sobre a temática do “Município que Educa”, oferecido de forma presencial e semi-presencial, serão disponibilizados programas de formação já estruturados e realizados pelas diferentes áreas do IPF, como educação popular, gestão democrática, Educação de Jovens e Adultos, Orçamento Participativo, realização de conferências, fóruns e outros encontros. Propostas específicas também poderão partir das municipalidades, conforme suas demandas locais concretas.

V – PRODUTOS

1. Publicação (em livro ou DVD) reunindo as experiências dos municípios que participarem dos processos formativos do Programa Município que Educa, com o registro dos processos de Leitura do Mundo, Círculos de Leitura, construção de planos de trabalho, fortalecimento das instâncias participativas etc.
2. Construção de referenciais metodológicos para gestão local compartilhada com foco no fortalecimento do potencial educativo.
3. Registro dos encontros municipais e intermunicipais realizados, incluindo a assinatura de um protocolo de intenções pelos municípios participantes.
4. Espaço na internet <www.municipioqueeduca.org> para abrigar as diversas atividades da *Rede Social Município que Educa* (fórum de debates, blog coletivo, notícias etc)
5. Banco de experiências municipais, disponível no site: www.municipioqueeduca.org
6. Biblioteca online (incluindo, artigos teóricos, legislação e textos diversos sobre Desenvolvimento Local e Educação), disponível no site: www.municipioqueeduca.org
7. Documento reunindo todos os planos de ação elaborados nos municípios do projeto.
8. Registro dos cursos realizados, incluindo os trabalhos realizados durante a formação.
9. Relatório com o registro e a sistematização das assessorias realizadas, incluindo a avaliação das experiências e recomendações para a continuidade do processo.

São Paulo, 14 de setembro de 2009

Instituto Paulo Freire/ Universitas Paulo Freire (Unifreire)

Diretoria Geral – Moacir Gadotti

Diretoria Administrativo-Financeira – Alexandre Munck

Diretoria Pedagógica – Ângela Antunes

Diretoria de Desenvolvimento Institucional – Paulo Roberto Padilha

Diretoria de Relações Institucionais – Salete Valesan Camba